

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO – UNIBRA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ASHELLEY MELANI NUNES PEREIRA

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO SOBRE IMPORTAÇÃO

Estudo bibliográfico

RECIFE/2023

ASHELLEY MELANI NUNES PEREIRA

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO SOBRE
IMPORTAÇÃO**

Estudo bibliográfico

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado
em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Bruno Moura

RECIFE/2023

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

P436p Pereira, Ashelley Melani Nunes.
Planejamento tributário sobre importação: estudo bibliográfico/ Ashelley
Melani Nunes Pereira. - Recife: O Autor, 2023.
16 p.

Orientador(a): Dr. Bruno Melo Moura.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro - UNIBRA. Bacharelado em Ciências Contábeis, 2023.

Inclui Referências.

1. Treinamento de Força. 2. Transtorno de Ansiedade. 3.
Profissional de Educação Física. I. Centro Universitário Brasileiro. -
UNIBRA. II. Título.

CDU: 657

Dedico esse trabalho aos meus familiares.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço.

Primeiramente a Deus e todos aqueles em que eu acredito, permitindo que eu estivesse aqui hoje, guiando meu caminho, com saúde, determinação, capacidade, inteligência e fé.

Aos meus familiares e amigos, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao professor orientador Bruno, que me acompanhou pontualmente, dando todo o auxílio necessário para a elaboração do projeto.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	8
2.2 IMPORTAÇÃO.....	11
3. METODOLOGIA	12
4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	15
4.1 TRIBUTOS.....	17
2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	18
2.2 IMPORTAÇÃO.....	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IRPF - Imposto sobre renda das pessoas físicas

IRPJ - Imposto de renda das pessoas jurídicas

IRRF - Imposto de renda retido na fonte

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

IOF - Imposto sobre as Operações Financeiras

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

II - Imposto de Importação

IE - Imposto de Exportação

Pis/Pasep - Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

AFRMM - Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante

PIB – Produto Interno Bruto

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO SOBRE IMPORTAÇÃO: Estudo bibliográfico

Ashelley Melani Nunes Pereira

Bruno Melo Moura¹

Resumo: Planejamento tributário é uma análise sistemática do negócio afim de prever, reduzir ou atrasar legalmente o pagamento das obrigações tributárias. Especificamente permite diminuir a quantidade de tributos pagos e os montantes que afetam o empreendimento. Neste cenário o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática planejamento tributário sobre importação. Seguindo tal abordagem metodológica foram coletados 14 artigos a partir da plataforma Google Acadêmico e Spell entre os anos 2019 a 2023. Ao avaliar tais publicações científicas foi contatado três macros temáticas. Estas macros temáticas indicam caminhos para um planejamento tributário adequado para que as empresas se sintam seguras em adentrar em novos mercados como o mercado de importação.

Palavras-chave: Planejamento tributário, Importação, Revisão bibliográfica, Contabilidade.

Abstract: Tax planning is a systematic analysis of the business in order to predict, reduce or legally delay the payment of tax obligations. Specifically, it allows to reduce the amount of taxes paid and the amounts that affect the enterprise. In this scenario, the present study aims to carry out a bibliographical review on the subject of tax planning on imports. Following this methodological approach, 14 articles were collected from the Google Scholar and Spell platforms between the years 2019 and 2023. When evaluating such scientific publications, three thematic macros were contacted. These thematic macros indicate paths for adequate tax planning so that companies feel confident in entering new markets such as the import market.

Keywords: Tax planning, Import, Bibliographic review, Accounting.

1. INTRODUÇÃO

O planejamento tributário é a análise de um negócio onde se busca prever, reduzir ou atrasar legalmente o pagamento dos impostos. Os impostos são uma obrigação estabelecida por lei e cobrada mediante avaliação. Não são punições, mas sim um meio de garantir recursos financeiros para as operações de um país. O sujeito ativo dos impostos é normalmente uma figura política, e o sujeito passivo é qualquer pessoa cujas atividades estão sendo cobradas (Araújo, 2021), (Crepaldi S. & Crepaldi G., 2019).

Um planejamento tributário eficaz é crucial para que as empresas atinjam seus objetivos e aloquem seus recursos. Ele torna-se necessário no Brasil devido ao complexo sistema tributário do país e à elevada carga tributária (Da Luz, 2014).

O planejamento tributário é o único capaz de gerar uma verdadeira economia para as empresas, sem a preocupação com futuras complicações com o Fisco. Mas que para alcançar um resultado satisfatório, é fundamental que a organização possua uma contabilidade genuína e confiável. (Caldas, Cavalcante, 2020), (Crepaldi S. & Crepaldi G., 2019).

Adicionalmente, no Brasil se costuma tratar do conceito importação associada à tributação já que é um ônus que é atribuído ao consumidor cidadão final. A importação é um aspecto fundamental do comércio exterior do Brasil, que impulsiona o desenvolvimento econômico e social, estimula o crescimento do PIB e valoriza o país como um todo. Para fins contábeis, a importação é estabelecida como a chegada de serviços ou produtos a um país, originários de outros países. Sendo somente reconhecida como importada após a passagem por todo o processo de desembaraço aduaneiro e o pagamento dos devidos impostos e taxas exigidas por lei, como o Imposto de Importação, Pis/Pasep, IPI, ICMS e AFRMM (Vieira Luz, 2019), (Sousa entre outros, 2022).

Diante do que foi exposto o presente estudo tem como objetivo realizar um mapeamento acadêmico sobre a temática do planejamento tributário sobre importação. Nesse sentido foi realizado uma revisão bibliográfica com artigos publicados em periódicos da área de contabilidade e correlatas nos últimos cinco anos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta os conceitos de diversas referências que cercam o tema estudado, associados e listados a seguir, com o intuito de ajudar a melhor compreensão do conteúdo e assim atingir os objetivos da pesquisa.

2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Planejamento tributário é a análise sistemática de um negócio com o intuito de prever, reduzir ou atrasar legalmente o pagamento das obrigações tributárias, porém vale apresentar uma explicação apurada sobre o tributo e a sua dimensão no

gerenciamento de empresas. A palavra tributo surgiu do verbo latino *tribuere* (*tribuo – is ere, tribui, tributum*) que representa compartilhar entre as tribos. O tributo é uma obrigação exigida estabelecida por lei, não é uma punição e sua arrecadação é realizada através de lançamento (Araújo, 2020).

Desta definição, pode concluir-se que o imposto é uma obrigação legal (gerada por lei) por forma de moeda, que não compõe uma sanção para comportamentos ilícitos. Seu sujeito ativo geralmente é uma figura política, e como sujeito passivo, qualquer pessoa que passe pelo processo administrativo relevante, a pessoa cujas atividades estão sendo cobradas. Sua função básica é garantir os recursos financeiros para as operações do país (Crepaldi S. & Crepaldi G., 2019).

De acordo com Eckert e outros (2019) os tributos em vigência administrados pela Receita Federal podem ser elencados em algumas categorias as quais estão explicitadas na Tabela 1.

Tabela 1: Tributos em vigência administrados pela Receita Federal.

Sigla	Imposto	Definição
IRPF	Imposto sobre renda das pessoas físicas	Recolhido dos contribuintes com ganhos superiores ao teto estabelecido pela Receita Federal.
IRPJ	Imposto de renda das pessoas jurídicas	Cobrado mensalmente, trimestralmente ou anualmente, a depender do regime tributário, cobrado das empresas sobre suas rendas brutas.
IRRF	Imposto de renda retido na fonte	É uma antecipação do Imposto de Renda para pessoas jurídicas e físicas, onde irá conceder o direito à uma restituição deste valor no final do ano para quem realizar a declaração anual corretamente.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto cobrado mediante a renda líquida da empresa prevista no IRPJ.
IOF	Imposto sobre as Operações	Recai em operações de crédito, câmbio ou seguros, tanto para pessoas jurídicas quanto pessoas físicas.
ITR	Imposto sobre a propriedade Territorial Rural	Recolhido anualmente dos proprietários rurais, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.
IPI		Incide sobre produtos que passam por processos de industrialização, sejam eles

	Imposto sobre Produtos Industrializados	importados ou não; é pago pelos importadores e donos de empresas.
II	Imposto de Importação	Incide em todos os produtos e mercadorias importadas.
IE	Imposto de Exportação	Recai nos produtos produzidos no Brasil e enviados a outros países estrangeiros.
Pis/Pasep	Programa de Integração Social	Imposto cobrado para custear seguro-desemprego de trabalhadores de empresas.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Imposto anual recolhido de todas as empresas, exceto as empresas do Simples Nacional, para financiar programas como a previdência social.
AFRMM	Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante	Tem o objetivo de responder aos compromissos da intervenção da União no apoio ao crescimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval no Brasil.

Fonte: Eckert e outros (2019).

Fundamental para orientar qualquer negócio, o planejamento deve ser uma ferramenta de gestão utilizada de forma eficaz pela organização. É relevante que metas, objetivos e diretrizes estratégicas sejam estabelecidas para que possa ser determinado o que cada grupo dentro da organização fará e quais recursos serão fornecidos para que as metas sejam alcançadas (Luz, 2014).

A necessidade do planejamento tributário se faz presente quando há um grande aumento da carga tributária brasileira. Ela consiste em tributos cobrados pelo sistema de impostos do Brasil, composto por um agrupamento de normas tributárias utilizadas pelo governo para arrecadar tributos. É um complexo de tributos instituídos no Brasil e as regras e princípios que regem tais tributos (Caldas e outros 2020).

A empresa no Brasil tem a opção de escolher entre quatro regimes tributários, no qual melhor se encaixa no faturamento da empresa. Existe três principais sendo eles: Simples Nacional; Lucro Presumido e Lucro Real, mas existe um quarto o Lucro Arbitrado que é previsto por lei, porém tem pouco utilidade (Crepaldi S. & Crepaldi G., 2019). Assim, a Tabela 2 apresenta uma síntese dos regimes tributários.

Tabela 2: Limite de faturamento dos regimes tributários.

Regime	Definição
Simple Nacional	Limite de faturamento de 4,8 milhões ao ano. Porém para recolhimento do ICMS e também do ISS no DAS, é necessário levar em conta um sublimite de 3,6 milhões para o Distrito Federal e os demais estados.
Lucro Presumido	Limite de faturamento de 78 milhões ao ano.
Lucro Real	Faturamento superior à 78 milhões ao ano
Lucro Arbitrado	Não existe de fato um limite de faturamento, sua definição tributária se dá pelo fisco, a partir de alguns critérios da legislação tributária.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Crepaldi e Crepaldi (2019).

Para além da tributação no Brasil, existe também outras formas de arrecadação governamental que são aplicadas aos cidadãos de forma geral, das quais se destaca as questões e tramites de importação.

2.2 IMPORTAÇÃO

A importação para a contabilidade é estabelecida como a chegada de serviços ou produtos em um país com origem de outros países. A diversidade econômica do Brasil faz dele um país fundamental para o comércio estrangeiro, pois exporta um grande número de matérias-primas e importa alguns bens, como produtos industriais, automóveis e eletrônicos, que proporcionam avanço ao país. O comércio externo em circulação impulsiona o desenvolvimento econômico e social e estimula o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e valoriza o país como um todo (Luz, 2019).

Com o mercado gradualmente mais competitivo sobretudo em constante mudança, é primordial que as empresas expandam seus negócios. Uma das opções é a importação de mercadorias. A importação envolve a chegada temporária ou permanente de mercadorias ou serviços provenientes de outros países para o território nacional, essa entrada pode ocasionar a requisição de um pedido para uso imediato ou para revenda, o que é bastante frequente quando os produtos são provenientes da China. (Sousa entre outros, 2022).

Para que a importação ocorra é preciso que a empresa esteja cadastrada nos órgãos competentes observando as normas cambiais, mercantis e tributárias em vigor. As mercadorias importadas estarão sujeitas à cobrança do Imposto sobre Importação, além das taxas Pis/Pasep, IPI, ICMS e AFRMM. A cobrança dos impostos

envolvidos na operação de importação é feita mediante ao débito na conta corrente do importador, utilizando-se do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), (Luz, 2019).

De modo a tornar mais elucidativa, a própria Receita Federal publicou no ano de 2022 um protocolo que instrui as etapas que norteiam o processo de importação no Brasil. Tal processo está explicitado na Tabela 3.

Tabela 3: Etapas do processo de importação.

Etapa	Definição
Administrativa	Corresponde aos processos e requisitos governamentais antes da importação e podem variar dependendo do tipo de operação e produto: trata-se da obtenção de licenças para importação.
Fiscal	Compreende a aduana, na forma do despacho de importação, que é o procedimento pelo qual a exatidão dos dados declarados pelo importador referente às mercadorias que estão sendo importadas, onde são analisados os documentos apresentados e a legislação específica, a fim de obter a autorização para exportação. Esse estágio acontece em locais específicos, seguido da chegada das mercadorias no Brasil, no qual inclui a quitação dos impostos de importação. Após a finalização do despacho de importação, as mercadorias são consideradas importadas e podem ser liberadas para o mercado interno.
Cambial	Refere-se à compra de moeda estrangeira para realizar o pagamento das importações (quando ocorre) por intermédio de uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a realizar operações de câmbio.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da Receita Federal (2022).

3. METODOLOGIA

O presente estudo pode ser classificado como revisão bibliográfica. Tal abordagem metodológica busca analisar produções acadêmicas de um campo científico que são consideradas relevantes por permitirem delinear o conhecimento já produzido e traçar vieses para discussões futuras (Fraga e outros, 2019).

A revisão bibliográfica é uma abordagem qualitativa destinada a aprofundar uma compreensão das discussões acadêmicas em uma determinada área do conhecimento. A pesquisa qualitativa tem como finalidade responder às questões relacionadas a um conjunto de fatos humanos que são compreendidos como sendo parte da sociedade. O ser humano se diferencia não apenas por suas ações, mas também pela sua capacidade de refletir sobre essas ações e interpretar seu significado no contexto da realidade vivida e compartilhada com outras pessoas (MINAYO, 2009).

A coleta de dados do presente estudo foi realizada a partir das plataformas Google Acadêmico e Spell com o intuito de encontrar os arquivos a serem utilizados

na metodologia supracitada. Assim o procedimento de coleta de dados foi realizado a partir de uma espécie de triagem onde foram usados critérios de exclusão e inclusão para melhor escolha dos artigos utilizados nesse estudo. Compreende-se que, para realizar uma pesquisa como essa, é preciso ter clareza sobre o objetivo e o caminho metodológico a ser seguido, assim como ocorre na maioria das investigações científicas (Santos e outros, 2021).

Logo para o presente estudo durante a busca bibliográfica, foram empregadas as seguintes palavras-chave: “planejamento tributário”, “importação” e “importação de mercadorias”. Cada uma delas foram aplicadas na plataforma do Google Acadêmico e Spell individualmente, e posteriormente foram combinados os termos, após a realização dessas pesquisas foi executada uma triagem para adquirir somente estudos publicados entre o período de 2019 a 2023 e assim examinar os resultados atingidos. Onde serão considerados apenas artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos.

Na primeira etapa da coleta de dados após ser empregados as palavras-chaves e considerando somente as dez primeiras páginas, foram encontrados um total de 300 trabalhos na plataforma Google Acadêmico e 71 trabalhos na plataforma Spell.

Na segunda etapa foi realizada a seleção dos trabalhos que se encaixavam nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos previamente. Sendo considerado como critério de inclusão: 1. Artigos científicos sobre a temática, publicados em revistas científicas; 2. Estudos que se adequam ao período pré-determinado de 2019 a 2023; 3. Publicações locais em língua portuguesa. Entre os critérios de exclusão estão: 1. Livros didáticos, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, artigos de congresso e capítulos de livros; 2. Estudos publicados em períodos anteriores a 2019; 3. Estudos que não se adequavam com o que estava sendo buscado.

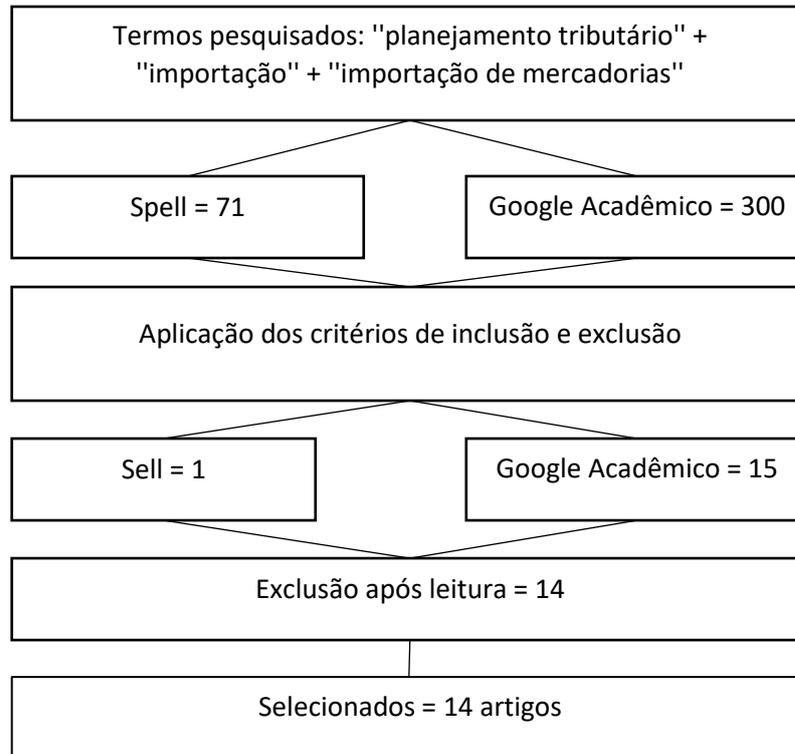
Na terceira etapa ao final da seleção foram coletados 47 artigos, realizou-se então a leitura dos resumos para saber se eles seriam ou não validos para a realização deste trabalho, onde classificou-se validos aqueles que estavam de acordo com a proposta deste trabalho, permanecendo 16 artigos com maiores relevâncias para discussão da temática abordada.

Por fim é válido destacar que ocorreu uma última rodada de exclusão quando dois dos artigos coletados foram excluídos por divergirem da profundidade que tratavam tal temática. Neste sentido tais artigos não foram considerados como válidos

para atender o objetivo da pesquisa. Assim o número final de artigos considerados para o corpus da pesquisa foi de 14.

De modo a ilustrar tais etapas, a Figura 1 foi elaborada.

Figura 1: Etapas da coleta de limpeza dos dados.



Fonte: Elaborada pelo autor com auxílio do Word.

Assim o corpus de pesquisa coletado será tratado através da perspectiva sistemática em que em uma revisão bibliográfica se busca ler os diferentes trabalhos científicos para compreender suas singularidades e semelhanças, de modo a estabelecer uma exploração acerca das contribuições destes estudos. Essa revisão sistemática será elaborada utilizando-se de dados primários sendo eles qualitativos tratando-se de uma análise de conteúdo. A revisão de conteúdo, na sua forma qualitativa, tem como base uma série de pressupostos que, ao analisar um texto, servem de apoio para compreender o seu simbolismo. Onde nem sempre é evidente e a sua interpretação não é única. Podendo ser abordado a partir de diversas perspectivas. Adicionalmente é válido indicar que a discussão e descrição dos resultados desta pesquisa serão elencados na seção subsequente (MORAES, 1999).

4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Considerando o estudo e a abordagem metodológica escolhida os artigos avaliados foram subdivididos em três temáticas: Tributos, planejamento tributário e importação. De modo a elucidar os trabalhos, seus autores e outros detalhes sobre os artigos avaliados foi elaborado o Quadro 1.

Quadro 1: Amostra de artigos.

Nº	Título do artigo	Ano de publicação	Sobrenome dos autores	Revista/Periódico	Palavra-Chave
1	Novo CARF e planejamento tributário com operações societárias	2019	Martinez; Oliveira	Pensamento Contemporâneo	Tax planning; Validity criteria; Corporate operations; CARF
2	Análise do planejamento tributário na perspectiva da gestão	2019	Silva; Macêdo	Revista Multidisciplinar e de Psicologia	Planejamento; Tributos; Gestão
3	Planejamento tributário: elisão fiscal, uma análise conceitual no âmbito fiscal do Brasil	2020	Araújo	RCBSSP Revista Científica	Planejamento tributário; Elisão; Evasão; Normas Antielisivas
4	A carga tributária brasileira e a curva de laffer	2021	Silva	Brazilian Journal of Development	Curva de Laffer; Carga tributária brasileira; Produto Interno Bruto (PIB); Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
5	Planejamento Tributário na prática: reorganização societária em duas empresas industriais brasileiras	2019	Eckert; Panizzon; Mecca	Qualitas Revista Eletrônica	Planejamento tributário; Indústria; Tributos
6	Planejamento tributário para empresas de pequeno e médio porte: O papel do contador	2020	Caldas; Cavalcante	Revista Campo do Saber	Tax planning; Counter; Small business

7	Custo de transação econômica e planejamento tributário	2019	Oliveira; Sales; Oliveira; Bezerra; Neto	Revista Ambiente Contábil	Custo de transação; Planejamento tributário; Produção salineira
8	Limites jurídicos na elaboração de um planejamento tributário empresarial	2023	Queiroz; Formaio	Revista E&S	Artigo não possui-palavra-chave
9	A importância da escolha e enquadramento tributário para futuros empreendedores e os efeitos dos impactos do planejamento tributário em tempos de pandemia	2022	Pereira; Rocha; Pina; Costa	e-Acadêmica	Contabilidade Tributária; COVID-19; Ensino; Tributos; Pandemia
10	A importância do planejamento tributário para as micros e pequenas empresas: estudo de caso em uma empresa de importação	2021	Yang Wu; Henrique; Saporito; Silva	Cadernos de Gestão e Empreendedorismo	Planejamento Tributário; Lucro Real; Lucro Presumido e Simples Nacional
11	A importância do Siscomex nas operações de comércio exterior: importação e exportação de bens	2019	Luz	South American Development Society Journal	SISCOMEX; Exportação; Importação; Sistema
12	A importação por meio dos aplicativos de e-commerce estrangeiros	2022	Sousa; Cardoso; Ferreira; Carneiro; Almeida; Lemos; Garcês; Carvalho	Revista CEDS	Importação; Comércio Exterior; Sustentabilidade
13	O impacto da carga tributária sobre as importações brasileiras	2020	Silva; Mendes; Machado; Saboia	Cesuca Centro Universitário	Importação; Tributação brasileira; Comércio exterior
14	Inovação no comércio exterior: revisão bibliográfica da publicação	2019	Pereira; Junior	Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales	Comércio exterior; Inovação; Revisão bibliográfica

	brasileira entre 2003 e 2018				
--	---------------------------------	--	--	--	--

A seguir cada uma das subseções trata das temáticas observadas de modo a elucidar como cada um dos trabalhos trata do objetivo do estudo.

4.1 TRIBUTO

Para Martinez e Oliveira (2019) os tributos representam o custo que os cidadãos arcam para ter uma maior produtividade social e econômica. Segundo estes autores, no final das contas, é necessário pagar para que haja uma fiscalização governamental que visa assegurar o direito à propriedade, com o objetivo de proporcionar às pessoas uma vida livre de pressões e que lhes permita participar do mercado.

No entanto para Silva e outros (2019), o tributo é uma forma normatizada de obter receita para a manutenção e o desenvolvimento dos interesses públicos e econômicos. Dessa forma, é possível elucidar que os tributos funcionam como a principal fonte de financiamento para os serviços públicos, como a educação, saúde, assistência social e segurança.

Já para Araújo (2020) nenhum cidadão paga o tributo intencionalmente, mas sim por obrigação, forçado sob penalidades prevista em lei. O tributo é um encargo obrigatório estabelecido por lei, não é uma penalidade e é cobrado através do registro do trabalhador.

De forma complementar, Silva (2021) indica que o sistema de impostos no Brasil difere dos países desenvolvidos, já que a maior parte da arrecadação tributária é proveniente do consumo, em vez da renda. Isso acaba sobrecarregando os mais pobres, uma vez que eles são obrigados a gastar a maior parte dos seus rendimentos na compra de bens materiais e serviços.

Entretanto de acordo com Eckert e outros (2019) os tributos são um meio pelo qual o Estado arrecada recursos para financiar suas ações. Logo, é uma parte fundamental do sistema orçamentário, visto que as entidades públicas recorrem a tais encargos para realizar suas obrigações sociais.

Logo, pode-se concluir que os pesquisadores acadêmicos de contabilidade e áreas correlatas consideram que os tributos são custos voltados para a economia, recolhidos para implementações do desenvolvimento público. Outrossim, destacam

que além de altamente elevados, os tributos são aplicados de forma em que o cidadão tenha a obrigatoriedade de realizar os pagamentos, sofrendo bruscamente devido a legislação rigorosa. Isso porque a maior parte dos impostos pagos no Brasil são apontados como oriundos de atividades de consumo.

4.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Conforme dizem Caldas e outros (2020), a elaboração do planejamento tributário é primordial para que a empresa possa tomar decisões acerca do seu futuro, onde seu principal objetivo é a economia dos tributos buscando formas de diminuir, eliminar e retardar legalmente o pagamento dos tributos. Na área contábil, essa é uma das atribuições que envolve um exame minucioso dos impostos aplicados à operação de uma determinada empresa, levando também em consideração a legislação tributária em vigor.

Seguindo a mesma linha de raciocínio para Oliveira e outros (2019), o objetivo principal de um planejamento tributário é a diminuição de impostos dentro dos limites legais de modo que beneficie a empresa. Já para Queiroz e outros (2023) a relevância do planejamento tributário reside na redução da carga de impostos do empreendimento comercial, sendo conduzido de maneira legal, dentro dos limites legais estabelecidos, com o objetivo de analisar a motivação real buscada pelo contribuinte.

Diante disso, é possível compreender que a finalidade primária de um planejamento tributário é garantir às empresas a possibilidade de pagar menos impostos de forma lícita. Neste sentido, é válido evocar o entendimento de Pereira e outros (2022), quando indicam que o planejamento tributário possibilita a empresa de escolher o tipo de regime tributário a ser enquadrado conforme seu faturamento anual, podendo mudar de regime dependendo do tipo da empresa.

De maneira similar, Yang Wu e outros (2021) indicam que a escolha do regime tributário correto é crucial para o sucesso da empresa. É preciso ter cuidado na escolha do regime, caso seja feita a escolha errada as finanças do negócio podem ser comprometidas e podem ocorrer problemas com a Receita Federal.

É importante destacar que a escolha correta do regime tributário é fundamental para evitar-se problemas com os órgãos fiscais, assim garantindo o

pagamento apropriado dos impostos. E também repercute em sua administração financeira e até seu desempenho econômico.

4.3 IMPORTAÇÃO

Para Luz (2019), importar produtos compreende que a mercadoria foi adquirida fora do país. De maneira mais específica Sousa e outros (2022) afirmam que o processo de importação ocorre somente quando a mercadoria de um determinado país é adentrada em outro país. Ambos os estudos destacam que a importação é o ato de um país adquirir bens ou produtos originários de outro país.

De maneira complementar, Saboia e outros (2020) apontam que as importações se tornaram uma alternativa para a indústria e os consumidores brasileiros obterem produtos mais diversificados, tecnologias e custos mais baixos. Algo que é endossado por Pereira e outros (2019), quando acrescentam que a importância da importação reside na diversificação do mercado deixando de atuar apenas no mercado interno nas suas compras, aumentando o leque de fornecedores.

Logo, estes estudos apresentam o entendimento de que importar vai além de trazer mercadorias de outros países. A importação proporciona à população de um país o acesso à produtos e serviços de qualidade ou valor percebido considerados como superiores ou até mais econômicos. Adicionalmente, envolve trazer recursos e inovadoras tecnologias que impulsionam a produtividade em nossas empresas. Assim, as importações também são responsáveis por estabelecer conexões entre o Brasil e o mundo, promovendo o seu progresso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo do presente estudo verificou-se que os artigos analisados pela abordagem bibliográfica indicam três macros temáticas. Primeiro, o planejamento tributário que proporciona as empresas uma forma de economizar no quesito pagamento das obrigações tributárias, buscando uma maneira de prever, reduzir ou até mesmo atrasar esses pagamentos de forma lícita. Na sequência os tributos além de altamente elevados, são cobrados com a finalidade de executar projetos públicos. Por fim, mas não menos importante, a importação que por meio dela as empresas têm a oportunidade de alcançar novos mercados mais dinâmicos e

inovadores, obtendo os melhores recursos para aprimorar a competitividade dos seus negócios.

Diante disso é possível concluir que as discussões acadêmicas na área de ciências contábeis acerca da temática abordada no presente estudo nos mostram que através do planejamento tributário adequado as empresas se sentem seguras em adentrar em novos mercados como o mercado de importação. Assim conseguem decidir qual tipo de regime tributário melhor se enquadra no seu faturamento anual, de forma que isso reflita na economia de pagamento das obrigações tributárias.

Contudo vale destacar as limitações do presente estudo. Considerando que se trata de uma revisão bibliográfica o trabalho se limita somente a dados secundários. Tal limitação se apresenta como uma oportunidade para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS.

FRAGA, Aline Mendonça et al. As diversidades da diversidade: revisão sistemática da produção científica brasileira sobre diversidade na administração (2001-2019). **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2022.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação, Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

CREPALDI, Silvio; CREPALDI, Guilherme. Contabilidade Fiscal e Tributária (Teoria e Prática). 2.ed. São Paulo: **Saraiva Educação**, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, p. 83-91, 2009.

LUZ, Poliana Vieira. A importância do SISCOMEX nas operações de comércio exterior: importação e exportação de bens. **South American Development Society Journal**, v. 5, n. 13, p. 57, 2019.

ÉRICO, Da Luz. Contabilidade Tributária. 2.ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014
KOHLS-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma Revisão Bibliográfica. **Revista Panorâmica online**, v. 33, 2021.

FRAGA, Aline Mendonça et al. As diversidades da diversidade: revisão sistemática da produção científica brasileira sobre diversidade na administração (2001-2019). **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2022.

ARAÚJO, Hesdras Marques. Planejamento Tributário: elisão e evasão fiscal, uma análise conceitual no âmbito fiscal do Brasil. **RCBSSP Revista Científica**. v. 2, n. 2, 2020.

DA SILVA, Daniel Vasconcelos. Assunto: A carga tributária brasileira e a curva de laffer Subject: The brazilian tax burden and the laffer curve. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 100696-100707, 2021.

SOUSA, Adriana et al. A IMPORTAÇÃO POR MEIO DOS APLICATIVOS DE E-COMMERCE ESTRANGEIROS: preferência de compra dos consumidores ludovicenses. **Revista CEDS**, v. 2, n. 10, 2022.

MARTINEZ, Antonio; OLIVEIRA, João. Novo CARF e Planejamento Tributário com Operações Societárias. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 2, 2019.

SILVA, Francisco; MACÊDO, Maria. Análise do Planejamento Tributário na Perspectiva da Gestão. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 627-639, 2019.

ECKERT, Alex; PANIZZON, Karen; MECCA, Mariel. Planejamento Tributário na prática: reorganização societária em duas empresas industriais brasileiras. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 20, n. 2, 2019.

CALDAS, Wellington Wagner Monteiro; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. Planejamento tributário para empresas de pequeno e médio porte: o papel do contador. **Revista Campo do Saber**, v. 6, n. 2, 2021.

DAS CHAGAS OLIVEIRA, Oskarine et al. Custo de transação econômica e planejamento tributário. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 11, n. 2, p. 175-198, 2019.

QUEIROZ, Marcela Robles; FORMAIO, Leonardo Cosme. Limites jurídicos na elaboração de um planejamento tributário empresarial.

PEREIRA, Mario Luiz Marcondes et al. A importância da escolha e enquadramento tributário para futuros empreendedores e os efeitos dos impactos do planejamento tributário em tempos de pandemia. **E-Acadêmica**, v. 3, n. 2, p. e1732142-e1732142, 2022.

WU, Wesley Shan Yang et al. A importância do planejamento tributário para as micros e pequenas empresas: estudo de caso em uma empresa de importação. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 9, n. 1, p. 87-99, 2021.

SOUSA, Adriana et al. A IMPORTAÇÃO POR MEIO DOS APLICATIVOS DE ECOMMERCE ESTRANGEIROS: preferência de compra dos consumidores ludovicenses. **Revista do CEDS**, v. 2, n. 11, 2022.

DA SILVA, Bruna Scherer et al. O impacto da carga tributária sobre as importações brasileiras. **ANAIS DA MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CESUCA-ISSN 2317-5915**, n. 14, p. 426-427, 2020.

PEREIRA, Jéssica Gomes; PEREIRA JUNIOR, Errol Fernando Zepka. Inovação no comércio exterior: revisão bibliográfica da publicação brasileira entre 2003 e 2018. 2019.